

## DA PERFORMANCE À COMPETÊNCIA LINGUÍSTICA

LOLA GERALDES XAVIER

### RESUMO

A língua portuguesa, enquanto ser vivo, vem mudando de roupagens e tonalidades, numa palavra: evoluindo. É geralmente uma evolução em prol da simplificação. É uma involução para os mais puristas e uma confusão para os mais atentos, mas não especialistas da língua. O conceito de erro é sobretudo importante numa perspectiva normativa da língua e a importância dessa norma é sobretudo social.

Sabemos, também, que a competência dos falantes nem sempre é visível na *performance* linguística. Acontece, porém, que muitas vezes essa *performance* se vai transformando em (in)competência e um erro linguístico sobejamente repetido vai-se tornando norma, mesmo que a mudança operada seja difícil de explicar a nível da diacronia. Daí se depreende a importância da relação entre língua e sociedade, uma vez que é nesta que a língua se actualiza. Assistimos, assim, por exemplo, à coexistência de várias formas paralelas, que atestam a pertinência da noção de polissincronia, de Coseriu.

Alguns exemplos apresentados mostram que, de evoluções em involuções, a língua portuguesa vai-se tornando outra, não deixando de ser a mesma.

### ABSTRACT

Portuguese, as a living language, is changing and evolving. Usually that evolution is towards simplification. It's an involution, according to the purists, and a confusing one for the most attentive speakers — but not for the experts in Linguistics. The concept of error is especially important in a language from a normative perspective and the importance of it is primarily social.

We know that the speakers' competence is not always visible in the linguistic performance. However, this performance gradually becomes (in)competence and an often repeated linguistic error becomes a rule, even if the change is difficult to explain in a diachronic level. Language is updated in society, hence the importance of the contact between language and society. The coexistence of several parallel forms exemplifies the relevance of Coseriu's "polissincronia".

Some of the examples used in here show that from evolutions to involutions, the Portuguese language is changing, keeping, however, its identity.

Anda, meu Silva, estuda-m' aleção  
Vêsse-te instruz, rapaj, qu' ainstrução  
É dosprito upão!  
Ou querch ficar  
Pra sempre inguenorantão?

Poin os olhos no Silva teu irmão.  
Pensas talvês que não le custou, não?  
Mas com' é qu' êl foi pdir aumentação  
au patrão?

E tinh' rrazão...

Alexandre O'Neill

A questão do *purismo* e *correção* justificam-se em consonância com a existência de uma norma linguística. A afirmação de que um enunciado é correcto ou incorrecto é tautológica, uma vez que se faz sempre em relação a uma referência normativa. Qualquer forma social ou regional de uma língua possui as suas próprias normas de purismo e correção. A tendência de alguns linguistas, como John Lyons, é a de defenderem que se deve abandonar a perspectiva normativa de uma região ou de um grupo social<sup>1</sup>. A primeira tarefa do linguista seria, assim, *descrever* a forma como os homens falam e escrevem a sua língua nativa, e não *prescrever* a forma que seria necessário utilizar na oralidade ou na escrita. O relevo recairia, desta forma, na linguística descritiva em detrimento da linguística prescritiva.

Deste modo, deixaria de fazer sentido a ideia de corrupção da mudança da língua. A constatação de que a língua muda é a evidência da sua eficácia ao nível da comunicação, prestando-se às necessidades sociais das comunidades que a utilizam. Assim, a alteração das condicionantes das comunidades cria a necessidade de novos termos, justificando o aparecimento de neologismos (a partir da exploração de possibilidades produtivas da língua e permitidas pelo sistema) ou de integração de estrangeirismos. Consequentemente, algumas formas perder-se-ão, outras serão introduzidas. Afirmar que todas as alterações linguísticas são feitas no pior sentido é não ter em consideração os condicionalismos sociais que lhes deram origem.

---

<sup>1</sup> "Il faut laisser de côté, comme étant d'un autre ordre, la question de savoir s'il conviendrait d'adopter le parler d'une région déterminée, ou d'un groupe social donné comme langue standard (pour servir de base à une langue littéraire, par exemple)", Lyons, 1970: 35.

Não podemos, porém, esquecer a necessidade sócio-política de uma perspectiva linguística normativa. As vantagens a nível administrativo e escolar são indiscutíveis.

A uniformidade de uma língua é impossível. A comunidade linguística é composta por diversos grupos diferentes, constituídos por pessoas de idades e sexos diferentes, de locais de origem ou permanência distintos, de preocupações profissionais e educacionais igualmente desiguais. Temos, também, que considerar a coabitação entre os vários níveis de língua, que contribuem para a diversidade linguística.

Não podemos olvidar que a linguagem tem como função primordial a comunicação entre os elementos de uma dada comunidade linguística, servindo de suporte ao pensamento humano e permitindo a sua exteriorização.

A linguagem pode, ainda, ter uma função estética. Nesse caso, enunciados como: "Este era o modo José de rosnar a vida" (José Cardoso Pires) — em que se transforma um substantivo em adjetivo — a não-gramaticalidade é aceitável dado o contexto literário (logo, de criatividade) em que se insere. Trata-se de uma criatividade (artística) específica da *performance*, que resulta da produtividade da língua e da competência linguística do escritor.

A linguagem apresenta um número de propriedades gerais mediante as quais as línguas podem ser comparadas com outros sistemas semióticos usados pelo Homem e pelos animais. Desta forma, algumas das características da linguagem a ter em consideração, segundo John Lyons (1980: 65-76), são: a arbitrariedade, que contribui para a versatilidade e flexibilidade da linguagem; a dualidade ou dupla articulação da linguagem, isto é, as línguas são constituídas por dois níveis: os fonemas (nível fonológico) e os monemas (nível gramatical); a produtividade, propriedade do sistema linguístico que torna os locutores nativos aptos a construir e compreender um número infinitamente vasto de enunciados, incluindo aqueles que nunca encontraram antes. Finalmente, o carácter discreto, ou seja, a componente verbal da língua é discreta no sentido em que duas formas de palavras são absolutamente idênticas ou absolutamente diferentes.

A partir destas características da linguagem verbal, podemos falar das variedades linguísticas sincrónicas diatópicas, diastráticas e diafrásicas. Estas últimas geralmente interferem menos na mudança linguística, pois situam-se num nível mais individual. O problema que se levanta no plano das variantes sincrónicas tem repercussões

significativas a nível social, uma vez que o afastamento da variante da língua considerada padrão traduz-se em diminuição de *status* social. A apropriação da forma de falar reconhecida como "capital rentável" torna-se, assim, socialmente relevante, uma vez que a competência linguística confere aos falantes a autoridade que, por sua vez, lhes concede poderem fazer valer o que eles dizem e defendem; é o que Pierre Bourdieu chama de "mercado linguístico".

Face a estas reflexões, perguntamos: onde será hoje a variante central, em Portugal? Com a massificação da cultura e dos *mass media*, a uniformização linguística é visível. A variante de Lisboa, considerada padrão, a par com a de Coimbra, pelo crescente multiculturalismo que tem marcado a região, começa a adoptar formas cada vez mais produtivas. É o exemplo da transformação do timbre das vogais, da palatalização de grupos consonânticos e da *fonofagia* de vogais, quer em posição final de palavra, quer em posição átona. Estas mudanças têm consequências: a fonética vai-se afastando em relação à grafia das palavras e torna o português europeu numa língua de sonoridade cada vez mais consonântica.

Nos últimos anos, tem-se assistido à publicação de alguns livros que pretendem uniformizar/normatizar a língua. Um dos exemplos é o de António Marques, *Tento na língua!... Gralhas que por aí grassam... Erros que por aí grassam...*, que parte de uma iniciativa pedagógico-didáctica louvável, mas peca por uma certa desorganização, assumida pelo autor na nota introdutória, e por uma falta de clareza na correcção/justificação dos exemplos recolhidos, num tom demasiado normativo, quase agressivo, expresso logo no título do livro, que abusa da pontuação.

No entanto, entenderemos aqui por competência gramatical ou linguística o conhecimento global dos falantes-ouvintes de uma língua. Neste sentido, qualquer falante-ouvinte do português reconhece a não-gramaticalidade das seguintes sequências:

- a) \* Fui comprar pãozinhos.
- b) \* A menina a comeu maçã.
- c) \* Ontem, tenho ido a Viseu.
- d) \* O telefone desmaiou.
- e) \* Deslarga-me, deixa-me sentar!
- f) Ontem, fui ao casamento da minha sobrinha que tem cinco anos.

Verificamos que há falhas a vários níveis de competências gramaticais, nomeadamente ao nível da competência morfofonológica em a), da competência sintáctica em b) e c), da competência semântica em d) e da competência morfossintáctica em e). O enunciado f) não apresenta nenhuma incorrecção ao nível da gramaticalidade, o estranhamento que causa é fruto da relação do próprio enunciado com a realidade. A sua não-aceitação deve-se a factores de ordem cultural. Desta forma, para que essa sequência verbal seja *aceitável*, é necessária não só a sua gramaticalidade, como a relação de coerência com o mundo extralinguístico. Por isso, nem sempre um enunciado gramatical é *aceitável* (f), ainda que pelo contrário, a *aceitabilidade* de uma sequência dependa necessariamente da sua gramaticalidade.

*A priori*, qualquer falante de português, através da sua intuição linguística, reconheceria incorrecções nesses enunciados. Perceberia a não-gramaticalidade dessas sequências, poderia corrigi-las, mas, eventualmente, não conseguiria explicá-las no nível metalinguístico. Esta questão é importante para percebermos a relação que se estabelece entre competência linguística e *performance* linguística. Assim, a competência linguística compreende o conhecimento efectivo que um falante-ouvinte possui da estrutura profunda da língua, o que lhe permite construir e decodificar enunciados considerados *aceitáveis* pela comunidade linguística em que se insere. Por seu lado, a *performance* é a utilização efectiva que um falante-ouvinte faz da sua competência linguística — esta perspectiva de Chomsky aproxima-se da noção de fala de Saussure, mas não é exactamente a mesma. Nem sempre a *performance* é a correspondência exacta da competência, uma vez que aquela é determinada, não raras vezes, por factores extra-linguísticos que interagem com a competência, como, por exemplo, o cansaço, a distração, a pressa, o *stress*, etc.

A noção de desvio ou erro linguístico não é, pois, pelo que acabámos de referir, passível de consensos<sup>2</sup>. Não pode, porém, negar-

---

<sup>2</sup> Segundo João Peres e Telmo Mória, falamos de desvio linguístico, erro, anomalia ou irregularidade quando não há justificações internas no subsistema linguístico nem há adopção razoável ou permanente por uma comunidade linguística (i.e., o desvio não contribui para a definição de uma variante); quando se constituem rupturas com a variante de que se é suposto fazer parte ou quando não há integração (pelo menos plenamente) na comunidade linguística de suporte. No que diz respeito à variante culta, o desvio linguístico acontece por falta de familiaridade com os padrões de escrita e/ou devido ao desconhecimento do funcionamento da língua (cf. Peres e Mória, 1995: 34-41).

se que há enunciados que constituem rupturas linguísticas com a variante central de que é suposto fazerem parte. Se, por um lado, o esquema (na aceção de Herculano de Carvalho) permite, por exemplo, que, a par dos adjectivos, existam substantivos derivados que significam a qualidade manifestada por aqueles adjectivos, mas apreendida enquanto substância, e que o tema destes seja constituído pelo tema do adjectivo associado a um dos sufixos derivados: -ez(a); -ez; -ur(a); -ic(e); -(i)dad(e); será possível ao nível da norma a constituição de, por exemplo, \*'lhanice', \*'lhanura', \* 'lhanidade', 'lhaneza', etc. O contexto extralinguístico, nesta situação, será importante para determinar se se trata de desconhecimento da forma aceite pela norma, ou se se trata de uma livre e criativa inovação, fruto desta produtividade da língua. Muitas das evoluções linguísticas que vão surgindo, devem-se precisamente às possibilidades abertas pelo esquema (sistema, para Coseriu) da língua.

No seguimento do que referimos, gostaríamos de dar, agora, alguns exemplos de casos recolhidos em situações do quotidiano oral e/ou escrito, que nos parecem constituir sintomas de polissincronias.

Tomemos o exemplo de "alcoolemia" e "alcoolémia". Neste momento, assistimos à coexistência destas formas. O *Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea*, da Academia das Ciências, já as assinala<sup>3</sup>. Que postura adoptar, então, face a uma defesa diacrónica e normativa da língua? Neste caso exemplificativo, parece-nos dogmático defender-se a exclusividade da forma paroxítona "alcoolemia". Se prestarmos atenção, a generalidade dos falantes de língua portuguesa usa sobretudo (quer na oralidade, quer na escrita) a forma paroxítona "alcoolémia".

Se quisermos manter um conservadorismo na análise linguística, considerando que a língua é apenas uma estrutura gramatical estática, com normas que podem ser coercitivas; se não entendemos a língua como um fenómeno social e cultural, só aceitaremos a forma "alcoolemia", fugindo à evidência de que a língua se actualiza no uso. Se, por outro lado, quisermos contrariar a perspectiva estática da língua, cultivando a sua dinâmica, apoiando-nos nas modernas correntes linguísticas, nomeadamente na sociolinguística, que defendem que, em matéria de língua, a sociedade é soberana por ser o elemento onde ela se actualiza, aceitaremos a forma "alcoolémia".

A perspectiva que parece mais indicada, no entanto, é a de se aceitar a coexistência das duas formas. Coseriu explica esta

---

<sup>3</sup> No entanto, esta coexistência ainda não é assinalada pelo *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Lisboa, Temas e Debates, 2003.

coexistência de formas linguísticas através da noção de polissincronia, para mostrar a convivência de dois termos, numa mesma sincronia. O mesmo sucede com a ausência de oposição que actualmente se verifica entre o par "espoletar"/"despoletar". Com o uso, despoletar adquiriu o significado antónimo, o de "desencadear", dicionarizado com convicção com este sentido apenas a partir da última década.

Assim, e como defendem Lindley Cintra e Celso Cunha, podemos afirmar que só a partir da concepção da língua como reflexo do social se torna possível o "esclarecimento de numerosos casos de polimorfismo, pluralidade de normas, e de toda a interligação dos factores geográficos, históricos, sociais, psicológicos que actuam no complexo operar de uma língua" (Cintra e Cunha, 1989: 3).

A língua, como defende, por exemplo, Coseriu (s/d: 283), faz-se consoante a mudança, é esta que assegura a reconstituição e a renovação do sistema e assegura a sua continuidade e o seu funcionamento. Quando deixa de haver mudança linguística a língua morre.

Gostaria, porém, de lembrar que para haver mudança linguística, ela não se pode confinar a uns indivíduos, mas necessita de ser aceite pela comunidade em geral. A mudança linguística não pode, também, ser confundida com uma variação inerente à fala. Ela só acontece com a generalização de uma alternativa particular de um subgrupo social à comunidade linguística em que se inscreve<sup>4</sup>.

Essa generalização de uma mudança linguística a toda a estrutura da língua não é uniforme nem instantânea, durante longos períodos de tempo ela encontra-se em co-variação com outras formas associadas (cf. Castro, 1991: 14). Deste modo, o desenvolvimento da mudança linguística não pode ser exclusivamente analisado face a factores linguísticos, uma vez que estes estão estreitamente relacionados com os factores sociais.

Atente-se ainda nos exemplos seguintes:

- g) Tenho aceite os teus conselhos sem contrariedade.
- h) Há algum tempo atrás, ele foi internado de urgência.
- i) O João ligou para alguém que se encontrava dentro das instalações.

---

<sup>4</sup> A este respeito, referem Celso Cunha e Lindley Cintra (1989: 3): «Condicionada de forma consistente dentro de cada grupo social e parte integrante da competência linguística dos seus membros, a variação é, pois, inerente ao sistema da língua e ocorre em todos os níveis, fonético, fonológico, morfológico, sintáctico, etc. E essa multiplicidade de variações do sistema em nada prejudica as suas condições funcionais».

A gramática normativa defende que o auxiliar "ter" e "haver" devem ser seguidos da forma regular do particípio passado do verbo principal. Ora, não é isso que se verifica em g) nem, na generalidade das situações em que se usam os verbos "aceitar", "cobrir", "entregar", "ganhar", "gastar", "limpar", "salvar", por exemplo. A maioria dos falantes-ouvintes de português parece acreditar que, nestes casos, usando o particípio passado irregular, estão a aproximar-se da norma.

A utilização de redundâncias como "subir para cima", "descer para baixo", "entrar para dentro", por exemplo, são também muito frequentes. Em h) trata-se de uma redundância já quase completamente instalada. O raro é ouvir-se "há algum tempo...". Compreende-se este uso, sobretudo na oralidade, numa tentativa de o locutor enfatizar a sua mensagem.

É, também, cada vez mais frequente a enunciação i). Quer na oralidade, quer na escrita, assistimos, com o verbos "ligar" e "telefonar", à substituição da preposição "a", quando se refere a pessoas, pela preposição indicativa de lugar "para", o que parece ser uma influência do português do Brasil.

A nível fonológico, as alterações são igualmente significativas. Já referimos o caso de "alcoolemia"/"alcoolémia". A este junta-se o par "biópsia"/ "biopsia" e "pudico"/"púdico", só para citar alguns. A utilização na oralidade de "carácter", pronunciada como aguda, é também frequente, ainda que se trate de uma forma grave.

Na origem de várias mudanças linguísticas, encontramos o fenómeno da analogia. Se há algum tempo, apenas aceitávamos a forma "paupérrimo" como grau superlativo de "pobre", actualmente essa forma co-existe já com "pobríssimo". O mesmo sucede, por exemplo, em relação a "macérrimo" / "magríssimo".

Por sua vez, dado se poder incorrer na formulação de enunciados incoerentes, já não me parece tão *aceitável* a ausência de oposições entre os pares "ir de encontro a" / "ir ao encontro de", por exemplo. Estas formas são antónimas, têm significados semânticos diferentes, no entanto, muitos falantes/ouvintes não têm consciência disso.

A oposição entre a segunda pessoa do singular e a segunda pessoa do plural (cada vez mais em desuso), do pretérito perfeito do indicativo é, também, cada vez menos frequente, provocando a bizarria de, por analogia com o <-s> final da segunda pessoa do singular do presente do indicativo, assistirmos à junção das duas formas numa. Assim, "tu viste" é frequentemente actualizado na oralidade como \*"tu vistes".

Também não se pode aceitar de ânimo leve enunciados resultantes do desconhecimento da estrutura profunda da língua, em que a falta da competência sintáctica é visível. É o caso de separação, por vírgula, do sujeito com o predicado e da não concordância verbal que se verifica, por exemplo, no enunciado seguinte:

j) \* "O concurso para adjudicação da terceira fase que compreende a cobertura das bancadas norte e nascente tiveram a participação de duas empresas" (*O Jogo*, 12/9/03).

Neste caso, a transformação da oração relativa restritiva em oração relativa explicativa, através de vírgulas, ajudaria a evitar a incorrecção. Nas frases longas, esta situação de não concordância do sujeito ("o concurso") com o predicado ("tiveram") é relativamente frequente, sobretudo na oralidade, e, acredito, fica muitas vezes a dever-se, na escrita, à não releitura/correcção do texto. A ser este o motivo desta incorrecção, tal seria motivo de um problema de *performance* linguística, no entanto, dadas as características do código escrito, a generalidade destes desvios é lido, na maior parte das vezes, como pertencendo a um problema de competência linguística.

Concluimos remetendo para o poema de Alexandre O'Neill. O estudo da língua, quer numa perspectiva sincrónica, quer diacrónica, é essencial para a compreensão da mudança linguística. Só o conhecimento da língua permitirá uma produtividade linguística em consciência, evitando a discriminação que será sempre mais social do que linguística.

Que postura adoptar, pois, em relação às várias mudanças linguísticas, produto da consciência linguística, só raras vezes? Parece-me que em relação a esta questão, deverá imperar o bom senso, numa interdisciplinaridade entre a perspectiva linguística descritiva e a perspectiva linguística normativa.

## Bibliografia

- Bourdieu, Pierre. *Sociologia de Cultura*. México: Conaculta, 1990.
- Carvalho, José Herculano de. *Teoria da Linguagem*. Coimbra: Atlântida Editora, 1974.
- Casteleiro, Malaca (coord.). *Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Verbo, 2001.
- Castro, Ivo. *Curso de História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.
- Chomsky, Noam. *O Conhecimento da Língua: Sua Natureza, Origem e Uso*. Lisboa: Caminho, 1994.
- Coseriu, Eugenio. *Sincronía, Diacronía e Historia - el Problema del Cambio Lingüístico*. Madrid: Editorial Gredos, s/d.
- . *Competencia Lingüística: Elementos de la Teoría del Hablar*. Madrid: Gredos, 1992.
- Cunha, Celso, e Lindley Cintra. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Sá da Costa, 1989.
- Fromklin, Victoria, e Robert Rodman. *Introdução à Linguagem*. Coimbra: Almedina, 1993.
- Campos, Maria Henriqueta Costa, e Maria Francisca Xavier. *Sintaxe e Semântica do Português*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.
- Fonseca, Joaquim. *Estudos de Sintaxe-Semântica e Pragmática do Português*. Porto: Porto Editora, 1993.
- Lyons, John. *Linguistique Générale*. Paris: Librairie Larousse, 1970.
- . *Semântica*, Lisboa: Editorial Presença, 1980.
- Peres, João Andrade, e Telmo Mória. *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1995.
- Marques, António. *Tento na Língua!... Gralhas que por aí Grasnem... Erros que por aí Grassam...* Lisboa: Plátano Editora, 2007 (versão compacta).
- Saussure, F. *Curso de Linguística Geral*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1999.